

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTARIA TRE Nº 129, DE 25 DE MAIO DE 2021

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás relativo ao primeiro quadrimestre de 2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, resolve:
Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral relativo ao primeiro quadrimestre de 2021 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LEANDRO CRISPIM

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
	LIQUIDADAS														
	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.433.973,50	13.592.512,57	13.469.965,94	13.564.378,89	13.383.797,26	13.598.421,25	23.204.651,07	20.484.528,21	17.571.394,96	13.436.266,32	14.651.823,39	13.576.710,35	183.968.423,71	613.883,88	
Pessoal Ativo	11.500.572,02	11.622.553,09	11.494.223,80	11.614.205,50	11.467.063,40	11.669.707,80	20.377.395,19	18.547.670,12	14.733.571,03	11.578.927,88	12.829.324,09	11.754.111,30	159.189.325,22	612.883,88	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.732.199,67	9.835.810,13	9.703.652,52	9.816.816,32	9.687.551,74	9.884.731,82	16.854.770,24	16.755.659,29	12.980.217,77	9.784.753,56	11.057.160,42	9.968.110,86	136.061.434,34	606.580,55	
Obrigações Patronais	1.768.372,35	1.786.472,96	1.790.571,28	1.797.389,18	1.779.511,66	1.784.975,98	3.522.624,95	1.792.010,83	1.753.353,26	1.794.174,32	1.772.163,67	1.786.000,44	23.127.890,88	6.303,33	
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.933.401,48	1.969.959,48	1.975.742,14	1.950.173,39	1.916.733,86	1.928.713,45	2.827.255,88	1.936.858,09	2.837.823,93	1.857.338,44	1.822.499,30	1.822.599,05	24.779.098,49	1.000,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.516.320,95	1.546.778,29	1.552.560,55	1.518.553,33	1.493.552,27	1.485.141,26	2.256.340,99	1.552.788,61	2.242.533,45	1.459.632,92	1.424.896,21	1.424.896,21	19.473.995,04	1.000,00	
Pensões	417.080,53	423.181,19	423.181,59	431.620,06	423.181,59	443.572,19	570.914,89	384.069,48	595.290,48	397.705,52	397.603,09	397.702,84	5.305.103,45	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa com pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.992.458,53	2.009.317,66	2.037.391,57	1.986.146,87	1.931.636,69	1.928.713,45	2.905.962,38	1.174.569,29	2.837.823,93	1.863.652,56	1.906.241,77	1.865.255,46	24.439.170,16	237.596,31	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	59.057,05	39.358,18	61.649,43	35.973,48	14.902,83	-	78.706,50	63.963,42	-	6.314,12	83.742,47	42.656,41	486.323,89	237.596,31	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.933.401,48	1.969.959,48	1.975.742,14	1.950.173,39	1.916.733,86	1.928.713,45	2.827.255,88	1.110.605,87	2.837.823,93	1.857.338,44	1.822.499,30	1.822.599,05	23.952.846,27	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.441.514,97	11.583.194,91	11.432.574,37	11.578.232,02	11.452.160,57	11.669.707,80	20.298.688,69	19.309.958,92	14.733.571,03	11.572.613,76	12.745.581,62	11.711.454,89	159.529.253,55	376.287,57	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	159.905.541,12	0,020957
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	178.227.053,31	0,023358
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	169.315.700,65	0,022190
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	160.404.347,98	0,021022

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFI/SAO, emissão 25/MAI/2021.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 853, de 20 de maio de 2021, publicada em 24 de maio de 2021.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

				R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				184.582.307,59	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				24.676.766,47	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				159.905.541,12	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				763.023.603.538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,020957%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,023424%	178.730.648,89
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,023401%	178.555.153,46
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,023358%	178.227.053,31

Fonte: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFI/SAO, Data da emissão 25/05/2021.

CHRISTINE FERREIRA RESPLANDE
Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade

SANDRA FLEURY NOGUEIRA
Secretária de Auditoria Interna

WILSON GAMBOGE JÚNIOR
Diretor-Geral

Des. LEANDRO CRISPIM
Presidente do Tribunal

